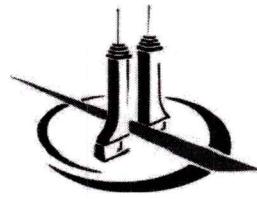


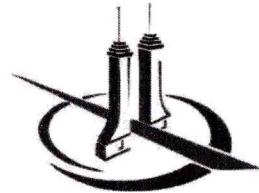
**2º PERÍODO LEGISLATIVO – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA – 18ª LEGISLATURA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA - CONJUNTO HABITACIONAL OLAVO RODRIGUES**

Ao primeiro dia do mês de agosto de 2022, às 18h15min, reuniu-se a Câmara Municipal de Uruguaiana, com a presença do Ver. **Carlos Delgado**, vice-presidente da Câmara Municipal, Ver. **Marcelo Cardoso Lemos**, na coordenação dos trabalhos, Ver<sup>a</sup>. **Zulma Rodrigues Ancinello**, Ver. **Adenildo de Jesus Padovan**, Ver. **José Clemente da Silva Correa**, Ver. **Cristiano Dias Bonapace**, Ver. **Celso Hernandez Duarte**, Ver. **José Carlos Barbosa Zaccaro** e Ver<sup>a</sup> **Zulma Rodrigues Ancinello** para a realização da Audiência Pública promovida para debater e sanar dúvidas referentes a situação do conjunto habitacional Olavo Rodrigues em Uruguaiana, conforme requerimento aprovado nº 101/2022, protocolado sob o nº 572/2022/LEG, de autoria dos Vereadores Marcelo Lemos (PDT), Carlos Delgado (PP) e Bispo Padovan (Republicanos). O presidente dos trabalhos vereador **Marcelo Lemos**, abriu a reunião e convidou a compor a Mesa: Sr. **José Fernando Tarragó** – Vice-Prefeito de Uruguaiana, Sr. **Carlos Roberto da Silva Prudêncio**, Secretário Municipal de Planejamento Estratégico, Sr. **Luis Menezes**, Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, Sr. **Edson Pereira Jr.** – Procurador Geral do Município, Sr. **Marcos Luis Decezaro** – Gerente Superintendência Caixa Econômica Federal/CEF – Santa Maria/RS, Sr. **Alexandre Reis** – Representação de Habitação/Rehab/CEF – Santa Maria/RS, Sr. **Rodrigo Mirabeau** – Empresa RM Empreendimentos, Sra **Eduarda Maia** – representantes dos contemplados no programa Minha Casa Minha Vida/Olavo Rodrigues. Após o ver. Marcelo Lemos, fez uma saudação inicial, explicou a sistemática dos trabalhos, informou que audiência estaria sendo transmitida via facebook e canais do Poder Legislativo, que foram convidados Secretarias do município, Entidades interessadas, Entidades representativas e contemplados no programa Habitacional do Minha Casa Minha vida. Ficou estabelecido que a audiência ocorreria da seguinte forma, disponibilização de 10 min. para os integrantes da mesa dos



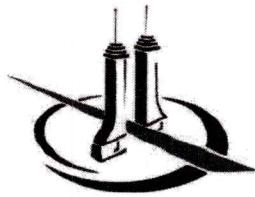
trabalhos, para que façam suas explanações e abertura de espaço para o público presente pelo tempo de 3 min. para fazer sua manifestação ou questionamento, o público que acompanha através das redes sociais, também pôde encaminhar seu questionamento e/ou manifestação. Em prosseguimento, o Ver Marcelo Lemos solicitou ao ver Bispo Padovan que realizasse a leitura do requerimento que deu origem a presente Audiência Pública. Após foram exibidos dois vídeos institucionais com divulgação do empreendimento elaborados pelo Executivo e pela Construtora do Residencial. Iniciando as manifestações dos integrantes da Mesa usaram a palavra os representantes da Caixa Econômica Federal, Sr. Alexandre Reis – Coordenador da Área de Engenharia, que explicou que inicialmente eram dois programas, com 996 lotes divididos em quatro empreendimentos, que estes em questão são os loteamentos 3 e 4, construídos através do Fundo de Arrendamento Residencial/FAR, contratados em 2018, com critérios de seleção das famílias pelos municípios. A construtora foi selecionada e tinha como prazo para finalizar a obra em 2020; em 2019 ocorreu a primeira crise enfrentada pela greve dos caminhoneiros, a empresa teve problemas de escassez de material, a obra acabou tendo uma reprogramação e o período estendido entrou no período de pandemia. Registrhou que a obra parou efetivamente em fevereiro de 2022, até esta data ocorriam medições todos meses, e sendo esta uma situação atípica, a pandemia foi reconhecida pelo Ministério como fato superveniente, e a construtora pediu recomposição do valor, mas considerou insuficientes os recursos destinados pelo Ministério. A situação atualmente é essa, a necessidade de uma nova empresa que termine o empreendimento. Registrhou que a obra vai terminar, que estas situações acontecem, mas que ocorrerá com certeza a entrega da obra, que nos contratos do FAR o Ministério aplicou um índice sobre o valor e foi o mesmo cálculo para todos programas. Que na pior das hipótese acredita que uns 12 meses mais para entrega de tudo. O Sr. Marcos Luis Decezaro, Superintendente de Habitação Centro Gaúcho CEF, falou as ações que a Caixa vem tomado para chegar ao fim destes dois projetos, que a CEF trabalha



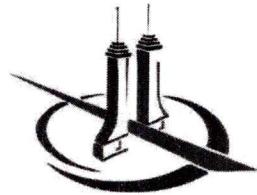
com transparência e dentro das regras que será aberta uma nova licitação, um chamamento público e que a empresa vencedora vai entregar a obra nas mesmas condições, que ela foi contratada inicialmente. Que a CEF está aguardando do Ministério qual vai ser o tipo de rescisão com a empresa atual. Não há uma perspectiva de prazo, porque depende dos prazos da licitação, da apresentação de interessados. Que hoje o empreendimento está 80% concluído, mas não existe habitabilidade, não há casa pronta para morar. O Sr. Luis Menezes, Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, explicou que a Prefeitura não tem as respostas que os contemplados buscam, seja de prazos, de entregas, que esta são a cargo da CEF, que está na habitação desde 2018, que a parte da Prefeitura é documental, que no ano de 2018 1300 pessoas foram inscritas, que possuíam os critérios a serem preenchidos e após a classificação dos mesmos, foram feitos os sorteios das casas aos titulares e suplentes, depois se iniciou o processo de apresentação de documentação. Após estas etapas as documentações, formaram um dossiê que foi encaminhado a CEF, alguns dados são confrontados e ocorreram necessidade de ajustes, troca de informações e até chamamento de novos sorteados. Registrhou que a Prefeitura fez uma parceria com o SENAC para realização de um trabalho técnico social, que é feito antes durante e depois, antes: seria conhecer todos os moradores, o durante: fazer uma adaptação para que eles consigam estar bem no local onde vão morar e o depois: o acompanhamento durante um tempo para que consigam se adaptar, que nesse trabalho existem várias oficinas, vários cursos para fomentar atividades econômicas para essas pessoas. Não vê a possibilidade de realização de entrega as pessoas neste momento, que em outras obras se fez inauguração sem condições de moradia, trazendo problemas futuros. Que a Prefeitura também tem a preocupação com a entrega das casas, mas que embora demore um pouco mais, as casas serão entregues. Sra. Eduarda Maia, representante das famílias que foram contempladas no programa Minha Casa/Minha Vida do Conjunto Olavo Rodrigues, falou que todos foram afetados pela pandemia, mas que muitos outros projetos

mi

mi



habitacionais, passaram pelos mesmos problemas e foram entregues, inclusive no RS. Que esta construtora pediu um valor e quebraram o contrato, porque já no primeiro ano de pandemia ela abandonou os materiais, que a empresa pediu mais verbas, mas é culpa da empresa mesmo, que deixou sumirem os materiais da obra, a empresa pediu mais verbas e foram enviadas e que este ano foram enviados mais 500 mil. Informou que criou um grupo de watsap com os contemplados que estão há 5 anos nesta espera. Reivindicou que se faça a entrega das casas da forma que estão para que os próprios moradores possam se mudar e que cada um fique responsável por terminar aquilo que não foi feito. Relatou que estiveram na obra conversando com o responsável que lá ficava, Sr. Ramão, que os empregados da construtora foram pessoas de Uruguaiana e que não há registro no local do nome da empreiteira ou construtora responsável pela obra, não tem data de entrega, não tem nada. Que este grupo de pessoas foi recebido e que faltava só a pavimentação, que muita parte da obra já estava pronta. Que verificaram que diversas pessoas trabalharam lá, que não há uma organização, que os serviços começam e não terminam. Que as últimas informações dos encarregados no local eram de que só iriam terminar a obra depois das eleições. Registrhou que estão cansados de esperar, que em Itaqui as casas foram entregues sem pavimentação, que os moradores assinaram os termos e receberam suas casas sem a pavimentação, pede que se faça aqui a mesma coisa. Que a informação federal que se tem é de que não há mais recursos disponíveis a serem liberados para essa obra. O Sr. Rodrigo Mirabeau da RM Empreendimentos, registrou que é proprietário da empresa que desenvolveu os projetos do residencial Olavo Rodrigues, que este trabalho foi iniciado em 2015, que a empresa que venceu a licitação para construção foi a empresa ENGEEP Incorporações, em 2018. Que todos materiais orçados e custos foram elaborados com as bases dessa época, que as prorrogações de prazo todas se deram com a anuência da CEF, que os atrasos foram acontecendo e que ocorreram atrasos nos repasses federais, que em 2019 a obra ficou 120 dias parada. Registrhou que não pode falar em nome dessa empresa,



mas que entende pertinente os esclarecimentos, para que possa entender o processo. Explicou que a CEF faz a gestão dos recursos repassados para a obra e não tem ingerência sobre os atrasos. Registrhou que os últimos valores repassados foram em torno de 500 mil e o projeto foi recalculado no valor de 6 milhões para término das obras e que a empresa não tem como terminar com estes valores disponíveis. Que o contrato não prevê essa situação, como ela não tem como terminar com este recurso e mesmo que venha outra empresa os valores a serem cobrados serão até maiores que este apresentado pela atual empresa. Que para o governo seria mais econômico suplementar os recursos para esta obra, do que abrir um novo processo licitatório e que com certeza levará muito mais tempo para entrega das casas. Sugeriu que se forme uma comitiva que se vá a Brasília lutar por estes recursos, por esta suplementação. Destaca que o TCU reconheceu a pandemia como fator superveniente que justifica o reequilíbrio contratual. Que a interrupção da obra gerou custos de rescisão com os trabalhadores, perdas de materiais. Opinou também para que se procure o Ministério Público Federal para que se promova uma ação civil pública contra a União Federal para interferir nessa situação, que é direito dos contemplados receberem suas casas. Estimou que a conclusão leve uns 2 anos considerando todo esse processo a ser realizado, mais questões políticas e eleitorais próximas. O Ver. Bispo Padovan fez os registros recebidos através das redes sociais do Poder Legislativo. O Sr. Carlos Roberto da Silva Prudêncio, Secretário Municipal de Planejamento Estratégico, narrou a retomada do empreendimento em virtude das enchentes ocorridas no município, no ano de 2017. Informou que o Município não faz política habitacional, que está é encargo da União. Explicou que as casas foram divididas por lotes, que o primeiro lote compete aos contemplados que sofreram com as enchentes e estão na zona ribeirinha e serão entregues totalmente sem custos, e que os demais lotes têm custos bem acessíveis, abaixo do mercado, conforme classificação prévia. Que compete a Prefeitura o cadastro e o asfaltamento da rua até o loteamento. Que este projeto é da iniciativa privada e é aprovado na Prefeitura como qualquer cas/cmu

*anj*  
*ff*

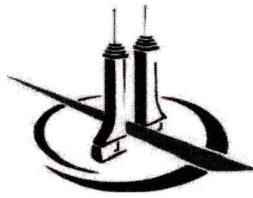


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

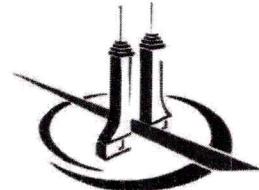
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**

PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



outro projeto, com as exigências específicas aos Loteamentos, com previsões de reversão ao município de área pública para construção de escola por exemplo. Que estas interferências públicas só ocorrem a partir do habite-se, da entrega, embora tenha sido feito com recursos públicos. Narrou que o município possui outros repasses federais geridos pela CEF, que é o órgão gestor e muitas vezes ocorrem ajustes nos projetos de engenharia e não sendo liberados a medida que vai ocorrendo a obra, que o período eleitoral é um limitador. Que todos esses variantes, pandemia, crise econômica, levam a necessidade de um reequilíbrio financeiro. O Ver. Clemente usou a tribuna para falar da falta de planejamento do governo federal, que este projeto não pode ser ultrapassado porque ele existe e faz parte dos planos do governo federal, que o que se observa de todas as narrativas que há necessidade de atuação do Ministério Público Federal, que embora já tenha sido acionado pelos contemplados, que se busque também através dos representantes do povo, que a Casa Legislativa atue para encaminhar essa demanda ao MPF e Ministério da Infraestrutura, que quem tem o recurso e o poder de liberar é o governo federal, que os presentes, cada um dentro da sua esfera cumpriu sua parte. Lembrou que quando esteve a frente da Secretaria de Segurança, estiveram visitando as instalações e sendo a segurança privada naquele local e se não está sendo feita pouca coisa restará. Que a Comissão de Serviços Municipais está a disposição para atuar junto as demais autoridades. Após o ver Marcelo Lemos abriu para as manifestação dos presentes no plenário. Usaram da palavra: Sr. Luis Fernando Braite – representante do gabinete do Senador Lasier Martins, falou das responsabilidades dos entes participantes no processo e o tempo que tem se passado e não se resolvem as coisas, que se chegou até o ponto que está, falou do procedimento encaminhado ao Ministério Público Federal, que se unam todas as forças para solução dos problemas, relatou sobre os furtos ocorridos e perdas de materiais. Que em fevereiro deste ano foi feita uma notificação a empresa para apresentar um cronograma de trabalho, que todo este tempo a CEF aguardou para pedir rescisão, passados 6 meses do ocorrido. Que



quanto mais órgãos acionarem este processo, mais força terá o mesmo, que falta fiscalização nas obras, que deve ser averiguado se houve furto ou sumiço dos materiais. Se manifestou para que não ocorram invasões no local, pela perda dos direitos. O Sr. Walter Itamar, da comunidade, entende que o condomínio hoje se tornou um elefante branco, discorda dos posicionamentos efetuados, falou da irresponsabilidade da empresa que recebeu e não cumpriu o contrato que assumiu, enquanto o povo continua na enchente aguardando por solução e que a empresa sofreu pandemia, mas questionou e as pessoas que não estão sendo respeitadas neste processo que se a empresa foi contratada, é experiente e sabe o que está fazendo, não pode haver tanta mudança de cálculo, que assim como os outros não deve pagar nada, nem terminar nada nas casas, que isto é responsabilidade do governo. Que o Poder Público tem a responsabilidade pelas pessoas que estão passando necessidades na beira do rio, que a empresa quer mais dinheiro, que como trabalhador não teve recomposição do salário, que da mesma forma a empresa termine aquilo pelo qual foi contratada. Que todos estão revoltados com essa situação. Sr. Elivelto Fructos, representante da imprensa local, falou dos políticos e falta de atitudes dos mesmos, incitou aos interessados a fecharem a ponte internacional, porque esta situação não vai ser resolvida, que sem uma medida radical nada será feito. Que o povo precisa ser ouvido. Usou a palavra o Vice-Prefeito Sr. Fernando Tarragó, que registrou que foi procurado por várias pessoas e esse atraso trás diversas mazelas sociais, que esta população vem passando problemas de aluguel, falta de emprego, que a situação das casas com as obras paradas está muito pior que a situação dos contemplados que não tem estruturas onde estão atualmente, lamentou o estado que está ficando de abandono, que o que a população quer saber é porque não se entregam as casas para os contemplados? Que esta resposta precisa ser dada. Que a situação de abandono trará mais prejuízos e estragos no local, que hoje está abandonado. Que não se quer a invasão, se quer o direito de habitar e tomar posse daquilo que lhes pertence. A Srª Maira da Silva Nunes, contemplada falou dos problemas da



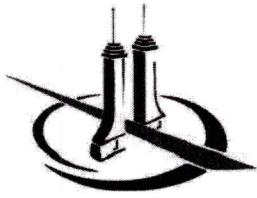


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

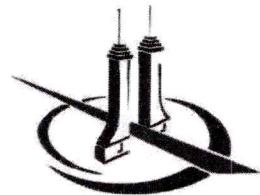
PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**

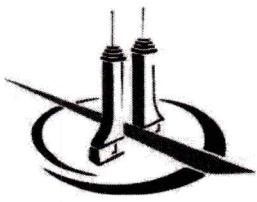
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



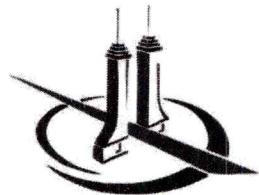
população ribeirinha, que hoje mora em barranco, sem luz, sem água, sem esgoto, em situação de miséria, que o que querem é um teto para morar, que já entraram com ação no MPF, que há 5 anos andam pra lá e para cá, aguardando informações que não são dadas, que ninguém nunca sabe nada e que agora todo mundo vai fazer alguma coisa, que as pessoas estão cansadas de esperar, que só os que vivem a vida que eles levam sabe o que é dificuldade, que as condições que hoje se encontram são piores do que as condições das casas que ainda não estão prontas. O Sr. Marcos Luis Decezaro - CEF, explicou que não foram duas empresas e sim a Padilha Pereira que é a mesma ENGEEP, que é a mesma desde o início até agora e que para Caixa não chegou nenhum aporte de recurso, que todos os recursos que chegaram pra essa obra já foram repassados, inclusive o Ministério Público pediu todas explicações e já foram repassadas, que esses 500 mil não chegaram, não localizaram emenda parlamentar também, que a questão das obras, as mesmas não foram abandonadas pela CEF, que a empresa estava no aguardo da suplementação, que o Ministério tem por norma não suplementar a mesma empresa, se a empresa não terminou o empreendimento com os recursos que foram destinados a obra, a regra é a CEF vai rescindir e vai terminar com outra construtora com os aportes que o Ministério liberar. O saldo que falta, os 20% que não foram executados estão depositados em conta ainda, a Caixa só paga a obra executada, todo mês a empresa apresenta um PLS -planilha de levantamento de serviços, o engenheiro da Caixa afere e faz o pagamento, sendo que somente é pago aquilo que é executado. Se há roubo dentro do empreendimento, há uma involução da obra sendo isso responsabilidade da construtora, de repor esse valor. A questão da segurança é de responsabilidade da empresa até ela rescindir o contrato, quando ocorre a rescisão a responsabilidade passa para a CEF que vai tomar todas as medidas para segurança e o que for necessário através do FAR. A CEF não tem autonomia para suplementar a mesma empresa, sendo isto uma política de governo. Respondendo ao questionamentos a Caixa não vai entregar assim como estão, a Caixa só entrega um empreendimento quando ele



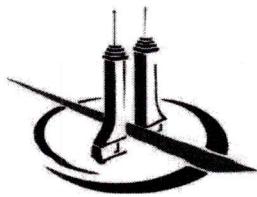
estiver legalizado, se houver uma intervenção de alguém a CEF não pode mais interferir porque não terá mais o domínio da obra. Que aguardam a decisão de como será feita a rescisão, que a construtora foi notificada sobre esse ritmo mais lento de trabalho, foi solicitado um cronograma para terminar a obra e eles apresentaram que com os recursos que tinham não poderiam terminar a obra. A suplementação não veio no valor solicitado e a empresa pediu a rescisão também. Registra que podem ocorrer demandas judiciais nesse processo, mas isso não impede a nova licitação. Informou que a Caixa não opina na reprogramação, ela é apresentada pela empresa que justifica os motivos e os prazos que serão executados com os recursos disponíveis, a CEF verifica a viabilidade do apresentado e dá o OK ou não, se a empresa não cumprir é responsabilidade da empresa. Destacou que existem muitos empreendimentos ainda na mesma situação de Uruguaiana e que Itaqui não faz parte dos empreendimentos geridos pela CEF. A Sra Eduarda Maia relembra que em sendo a construtora responsável pela obra, ela deveria saber se poderia ou não realizar os serviços, entendem ser a construtora responsável pelos atrasos, que se a Caixa libera o valor que o Governo destina, a construtora já tinha iniciado a obra antes da pandemia, entende que desde antes já ocorriam atrasos, assim como um locador deve ter suas responsabilidades o locatário tem as suas, que esta empresa deve ter crédito, para repor os materiais e depois pagar, que o dinheiro veio, e que até agora nenhuma rua foi pavimentada, que tem empreiteiro morando lá, que as luzes ficam o dia inteiro ligadas e já está tudo instalado, tem luz no Bairro pois existem outras residências que não pertencem ao condomínio. Que outro dia foram no local e foram tratados que nem 'bicho', que foram empurrados, que foram visitar em virtude desta audiência para ver como estava a situação e foram corridos. Solicitou novamente que sejam entregues as casas nas condições que se encontram, que pra quem paga aluguel colocar o que falta e ter onde morar é menos custo, que os materiais estão sendo depredados, que ocorrem furtos e usos por terceiros no local. Que estão cansados de esperar e que já entraram com ação no MPF. Que



foram afetados pela pandemia tanto quanto a construtora, que estas famílias muitas não vivem nem com um salário-mínimo. O Sr. Rodrigo Mirabeau, falou que luta pela cidade que há época foi a Brasília e conseguiu recursos para mais 217 casas, que o povo tem força sim, que se unam e vão a Brasília para brigar pelo que querem, que o Governo precisa corrigir estes valores, que a suba de preços foi para todos, que recursos existem sim. Que isso tudo começou em 2015, que a CEF sozinha não consegue fazer nada, que se peça atualização de recursos ao governo federal, que o que precisa seria um aporte de 15 mil por casa, o que não é um valor expressivo a nível de governo federal. Que a união do Prefeito, do Poder Legislativo, do Ministério Público e do povo, junto aos representantes em Brasília com certeza trará resultados, não aqui, mas lá em Brasília, que uma nova licitação vai demorar muito mais. O Dr. Edson Pereira – Procurador Geral do Município esclareceu a função do município, que é basicamente o cadastramento das famílias, sorteio e a disponibilização de acesso, que o município tem interesse em que isso ocorra, que sem o habite-se não é possível a entrega das casas, que essa situação não vai se resolver pois a atual empresa já declinou do interesse de continuar na obra, sugeriu que se faça um chamamento público para nova empresa, que a entrega do jeito que está não vai acontecer, sugeriu também que os sorteados formem uma representação para buscar informações e criar um canal de conversação e que promovam uma ação contra a União, cobrando da União o aluguel dessas pessoas que estão pagando e não tiveram a entrega de suas casas no tempo previsto, uma indenização pela obra não entregue, uma indenização pelo pagamento desse tempo de aluguel, pois essa obra já era para ter sido entregue e não foi. A Sra. Liziane da Rosa Martins falou que faz parte da comunidade da zona ribeirinha, que hoje já tem mais de 300 casas prontas com tudo e que muitas estão sendo roubadas e os materiais sendo vendidos via facebook, que tem apenas um senhor que fica de bicicleta cuidando de todo o local, declarou que vive de favor e precisa da habitação, que a casa que tinha foi levada pelas enchentes e que os sonhos e as esperanças das pessoas estão sendo



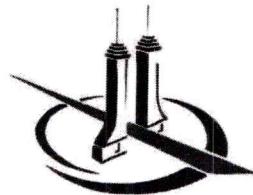
roubados, pede que entreguem as Casas que já estão prontas, que as pessoas necessitam destas moradias. Que a obra continua parada e nada tem sido feito. A Sr<sup>a</sup> Sueli Lopes registrou que tem 27 anos, 4 filhos, que se inscreveu em 2013 e até hoje está esperando, clamou aos governantes para que façam alguma coisa, que em época de eleição os mesmo se fazem presentes, mas quando se precisa nada é feito, que se foi contemplada é porque se enquadrou dentro dos critérios estabelecidos, que este é um direito das pessoas, reclamou a falta da presença do Prefeito, parabenizou a presença do vice-Prefeito, clamou ao Prefeito para que vá atrás dos recursos, porque se o povo tem voz o Prefeito tem muito mais. Pediu que se o Prefeito foi atrás de verbas para a orla do rio, pode ir atrás dos recursos para o conjunto, que a população precisa é de moradia, que o recurso para cursos aos contemplados existe, que não é isso que se quer, que o que se precisa é de um lugar para morar. Registrhou que em Porto Alegre existe aluguel social e Uruguaiana não sabe porque não tem. A ver<sup>a</sup> Zulma Ancinello falou dos problemas, sugeriu a formação de uma frente parlamentar, a criação de uma abaixo-assinado para entrar com ação no Ministério Público Federal. Pede aos contemplados que não invadam, que aguardem mais um pouco. Que a responsabilidade é do governo federal que devem todos ir a Brasília. O Ver. Celso Duarte, questionou aos representantes da CEF quanto tempo leva um novo procedimento licitatório? Dos 20% restantes que faltam quanto tempo leva para entregar as chaves para essas pessoas? A medida que o tempo passa a obra vai se perdendo e o percentual de finalização vai aumentando, que essa é a preocupação, pois numa obra inacabada ocorre uma regressão, questiona se que não é a hora da Caixa fazer uma intervenção na obra, naquele espaço, para que não ocorram mais perdas, considerando que a atual empresa não tem mais interesse na obra e com certeza não tem mais a preocupação com aquele espaço. Que o interesse é de todos em amenizar esse deficit habitacional e frisou que a Câmara está fazendo o seu papel em abrir as portas para toda essa conversação. O Sr. Marcos, CEF, respondeu que a Caixa tem interesse na conclusão da obra, que estão buscando também a solução



menos onerosa, porque em tratando-se de dinheiro público se busca a solução menos onerosa, informou que a empresa rescindida não pode participar da nova licitação, que o processo vai ser para a entrega da obra como ela foi concebida inicialmente, independente do valor que vai ser para terminar a obra, se houve algum roubo é responsabilidade da construtora, que a Caixa só pode colocar a segurança quando ela retomar a obra, que gostariam de ter nessa data a resposta para esse encaminhamento, que estão buscando todos os prazos mínimos possíveis para esse procedimento de chamamento público, que estão buscando construtoras interessadas que já foram aprovadas pela Caixa. Que uma empresa quando se cadastrava apresentava um book/acervo de obras que já executou como garantia de que ela pode realizar o empreendimento, que neste caso ocorreram fatores externos, mas que tenham certeza que essa obra vai ser entregue da forma como foi projetada, que sem a conclusão e habite-se não se terá a posse da casa e nunca poderá ser registrado ou ser dono do imóvel, as casas não poderão ser legalizadas. O Sr. Alexandre Reis registrou que a Caixa tem relacionamento com a Prefeitura, apresentando os controles e demonstrando tudo que está acontecendo e sugere que um representante dos sorteados participem dessas reuniões e acompanhem a situação, que a obra vai terminar, que esta é uma responsabilidade da CEF. Confirmou que as chaves serão entregues, que este é um compromisso assumido, que a nova concorrência vai acontecer, que a empresa atual foi afastada e a obra vai continuar, entende a contrariedade dos presentes e que as informações não são escondidas, que todos tem que saber o que está acontecendo. O Ver. Carlos Delgado, disse que falar de habitação é falar de sonhos, que nenhum dos integrantes aqui passa o que estas pessoas passam, que o fracasso desse programa Habitacional é um reflexo do governo, lembrou que 400 famílias foram contempladas, mas que inúmeras ainda aguardam por chegar sua vez, que o cadastro foi disponibilizado para que todos possam acompanhar e fiscalizar, que é um assunto tratado com muita responsabilidade, e que todos aqui buscam as mesmas coisas, que muitas pessoas contempladas já foram embora,

*me org.*

*W. J.*



porque não veem a perspectiva de recebimento de suas casas, que não importa de quem é a responsabilidade, que o que importa é que se busque a celeridade na conclusão desse processo, que todos busquem sim junto as suas lideranças apoio coletivo, que não vejam os vereadores como inimigos e sim como parceiros. Que em 2018 se criou uma Lei para dar transparência aos processos habitacionais, para que todos pudessem acompanhar e fiscalizar o processo. Que esta Casa tem representatividade e sim irão a Brasília para atingir o objetivo final que todos querem, a entrega das casas de forma legalizada e com o habite-se. Encerrando os trabalhos deste evento o vereador Marcelo Lopes, pediu que denunciem e encaminhem documentos, fotos, prints, fatos sobre a venda de materiais referente a esta obra. Registrhou os encaminhamentos desta audiência que foram: 1) promoção de nova ação junto ao MPF; 2) promoção de ação através da Defensoria Pública contra União para reparar os valores de aluguel/prejuízos aos contemplados enquanto não se entregam as casas; 3) criação de um canal de comunicação com representantes sorteados, CEF, construtora, Secretaria de Habitação/Prefeitura e Câmara; 4) envio desta ata ao MPF e Ministério da Fazenda; 5) criação de abaixo-assinado entre os contemplados; 6) viagem de representantes do Executivo e Legislativo aos Ministérios em Brasília para gestionar a liberação de recursos para conclusão deste empreendimento. Após agradeceu a presença de todos. (Registra-se que a íntegra das discussões e pronunciamentos desta reunião encontra-se arquivada, em áudio, no Setor de Imprensa desta Casa, estando à disposição para consultas, se necessário). Cumpridos os objetivos e nada havendo a tratar, às 21h03min, o vereador Marcelo Lemos, declarou encerrada a audiência pública. Para constar, eu, Claudia Aires Simas, Auxiliar Técnico Legislativo, lavrei a presente ata, Sala Vereador Ramão Barbat Filho, ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e dois.

#####(1/08/2022)#####cas.cmu#####

ver. Marcelo Lemos  
cas/cmu

Ver. Carlos Delgado

Ver. Bispo Padovan

